

Artigo Original

## Por uma reconstrução sociológica da categoria “globalização”: depuração conceitual, contextualização e abordagem processual de longo prazo

 Alexandre Abdal<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap); São Paulo - SP, Brasil.  
E-mail: aleabdal@gmail.com

DOI: 10.1590/3710908/2022

Sim, remapear. Não reconstruir, não renovar, mas, sim, remapear. Traçar uma nova geografia. Precisava traçar novas linhas, novas margens, outras parábolas. O espaço ao redor do mundo mudava novamente.

Igiaba Scego, in Minha casa é onde estou

**Resumo:** partindo do diagnóstico de que a categoria “globalização” padece de problemas de formação de significado científico e sociológico, dado o atual estado de indiferenciação em relação ao senso comum e em contexto de proliferação desmedida de uso do termo “globalização”, o presente artigo tem por objetivo depurar conceitualmente e contextualizar a categoria e o fenômeno social da globalização, bem como situar a análise da globalização em perspectiva analítica sensível à dimensão processual e de longuíssimo prazo dos fenômenos sociais. Por “depurar conceitualmente”, entendo processo bem-sucedido de separação do senso comum. Por “contextualização”, entendo contextualização espaço-temporal das categorias de análise e do fenômeno social da globalização. Por fim, “situar a análise da globalização em uma perspectiva processual e de longo prazo” implica o duplo reconhecimento, tanto do caráter processual dos fenômenos sociais quanto da sua dimensão secular, que será feito por meio da abordagem conhecida como Análise dos Sistemas Mundiais.

**Palavras-chave:** globalização; estudos da globalização; Análise dos Sistemas Mundiais

***For a sociological reconstruction of the scientific category of ‘globalization’: conceptualization, contextualization and articulation to a broader perspective***

**Abstract:** departing from the diagnosis that the category ‘globalization’ suffers from scientific and sociological meaning formation problems, given the current state of indifference in relation to

Artigo recebido em: 03/05/2021 | Aprovado em: 21/02/2022



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

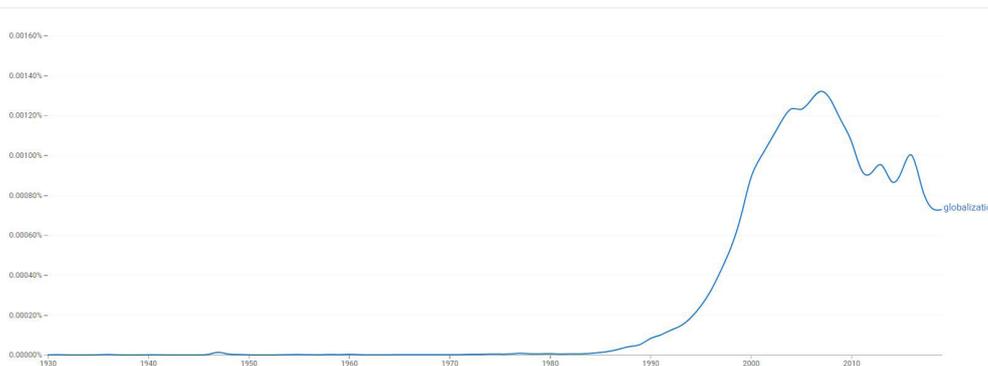
common sense and the context of an excessive proliferation of the use of the term 'globalization', this article aims to conceptualize debug and contextualize the analytical category and the social phenomena of globalization as well as placing and integrating the globalization analysis in a broader perspective that consider the social phenomena in their processual and long-term dimensions. Being 'conceptually debugging' means a well-succeeded process of common sense autonomization. Being 'contextualized' means a historical and geographical placement of the analytical categories and the social phenomena itself. Being 'placed and integrated into a broader theoretical perspective' means recognize at the same time that social phenomena display a processual and a long duration dimensions, what will be done by the World-System Analysis.

**Keywords:** globalization; globalization studies; World-System Analysis

## Introdução (ou situação-problema: um diagnóstico do debate e do campo de estudos da globalização)

Estudar a globalização (ou o que quer que a esse termo faça referência) não é fácil. Em primeiro lugar, porque o termo globalização remete a um fenômeno social relativamente recente, cuja categoria que o descreve padece de problemas de sentido e de formação conceitual. Enquanto termo que ganhou as mentes e as bocas das pessoas nos últimos 40 anos, seja na opinião pública ou em senso comum acadêmico, passou a ser tomado como algo óbvio ou natural, enquanto "texto" que circula sem o seu devido "contexto" e cuja ignorância a seu respeito aumenta na proporção direta em que diminui o conhecimento a respeito de sua origem e contexto (Bourdieu, 2002). Por isso, do ponto de vista do fazer científico, é problemático evocar a categoria "globalização" sem a sua devida definição conceitual e circunscrição espaço-temporal (Endelman e Hauderud, 2005a).

Em segundo lugar, porque o termo globalização passou por um notável processo de inflacionamento, medido, por exemplo, por volume de citações (figura 1). Ao longo da década de 1990, o uso do termo "globalização" por publicações acadêmicas cresceu exponencialmente, indicando o quanto foi adotado por autores de todos os lugares do mundo e pelas mais diferentes disciplinas. Marc Endelman e Anquelique Haugerud (2005b) chamam tal processo de proliferação de Literatura-G (*G-literature*) e citam que, só na passagem da década de 1990 para a de 2000, quatro livros diferentes sob o mesmo título, *Globalization and its discontents*,<sup>1</sup> foram publicados.



**Figura 1:** Uso do termo *globalização* por publicações acadêmicas, 1930-2019. Fonte: Google Books Ngram Viewer: [https://books.google.com/ngrams/graph?content=globalization&year\\_start=1930&year\\_end=2019&corpus=26&smoothing=0](https://books.google.com/ngrams/graph?content=globalization&year_start=1930&year_end=2019&corpus=26&smoothing=0). Elaboração própria, inspirado em Paul James e Manfred Steger (2014).

Por ambos os motivos, considero os estudos da globalização um campo de estudos e de investigação de constituição recente, cujo início remonta aos anos 1980-90. Embora não

<sup>1</sup> São eles: Burbach et al. (1997), Saskia Sassen (1999), Stephen McBride e John Richard Wiseman (McBride e Wiseman, 2000) e Joseph Stiglitz (2002).

seja completamente autônomo em relação aos estudos do desenvolvimento,<sup>2</sup> constitui um de seus mais interessantes desdobramentos (Endelman e Hauderud, 2005b). Enquanto campo de estudos, independentemente de autônomo ou não vis-à-vis os estudos do desenvolvimento, os estudos da globalização constituem o que Neil Brenner (2004) caracteriza como campo pós-disciplinar, organizado em torno de questões e problemas de pesquisa ao invés de tradições disciplinares mais ou menos rígidas. Além disso, lida com um desafio epistemologicamente novo, que é o de pensar o mundo enquanto uma sociedade e/ou economia global, que perpassa as sociedades e/ou economias nacionais (Ianni, 1996).

Por conta desses problemas de sentido e formação de significados, a globalização não constitui um objeto de investigação adequadamente construído, com sentido unívoco e separado do senso comum, bem-sucedido na neutralização dos preconceitos e valores próprios desse senso comum. O resultado é, portanto, a constituição de todo um campo ou subcampo de estudos sem um objeto adequadamente constituído.

Por isso, o presente artigo tem, por objetivo, (i) operar uma depuração conceitual do termo “globalização”; (ii) contextualizar o termo e o fenômeno social da “globalização”; e (iii) situar a análise da globalização em abordagem teórico-metodológica mais ampla, que reconheça a sua dimensão processual de longo prazo. Em termos do debate substantivo, aviso à leitora e ao leitor que a discussão privilegiará uma caracterização conceitual, contextual e processual da globalização a partir dos estudos do desenvolvimento, cuja principal implicação será a discussão mais aprofundada das dimensões formais-legais da globalização. A assunção desse lugar tem como resultado uma lente com grau próprio e um recorte específico da vastíssima literatura sobre globalização, que, de forma alguma, pretende-se superior a outras formas de abordagem.

Por “depuração conceitual”, entendo o processo bem-sucedido de separação do senso comum, de forma análoga à feita com o suicídio por Émile Durkheim (1973). Embora se possa partir do senso comum, os significados correntes dos termos nunca são o seu ponto de chegada conceitual, uma vez que a primeira tarefa de toda e qualquer investigação científica, em geral, e sociológica, em particular, passa por construir sentido único, homogêneo e comparável para esses termos (Bourdieu et al., 1999). Conceituar algo é, em primeiro lugar, constituir uma categoria própria de fenômenos simultaneamente únicos, homogêneos e comparáveis. E, nesse e por meio desse processo, neutralizar as valorações próprias do senso comum, lugar de preconceitos e julgamentos de valor a respeito da desejabilidade ou não dos fenômenos sociais (Durkheim, 1968). Desloca-se o olhar, portanto, de um “dever ser” para um “ser”.

Por “contextualização”, entendo o processo de contextualização tanto das categorias de análise quanto dos fenômenos em si mesmos. Como nos ensina Max Weber (1967a), as Ciências Sociais são, em última instância, um conjunto de disciplinas históricas. Por um lado, as categorias e as abordagens que as Ciências Sociais utilizam possuem uma historicidade particular. Por outro lado, os fenômenos sociais que essas ciências observam, mesmo quando construídos enquanto regularidades, só podem ser plenamente explicados ou compreendidos se situados em seus respectivos contextos espaço-temporais. Daí, por exemplo, a crítica profunda de Immanuel Wallerstein (2004) à questão das unidades de análise e a caracterização que Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009) faz da economia enquanto uma disciplina histórico-dedutiva.

Por fim, “situar a análise da globalização em abordagem processual e de longo prazo” implica um duplo reconhecimento. Por um lado, reconhecer o caráter processual dos fenômenos sociais, nos quais e para os quais vários agentes em interação e em cadeia

---

<sup>2</sup> Para uma reconstrução do campo dos estudos do desenvolvimento, ver John Martinussen (1997).

temporal de interações colaboram, seja de forma intencional, planejada e consciente e/ou de forma não-intencional, não-planejada e inconsciente (Elias, 1994a). Por outro lado, reconhecer a dimensão secular (longuíssimo prazo ou longa duração) desses processos, dentro da qual tanto as manifestações concretas dos fenômenos sociais quanto a estabilização institucional desses mesmos fenômenos, em dado período intermediário de tempo, acontecem. Só assim pode-se compreender os seus sentidos e significados mais gerais (Arrighi, 1996; Braudel, 2009b; Brenner, 2004; Wallerstein, 2004).

O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira e próxima seção opera uma reconstrução conceitual e contextualiza a categoria “globalização”. A segunda seção situa a análise da globalização na perspectiva da Análise dos Sistemas Mundiais, ou seja, uma abordagem específica própria para a consideração dos fenômenos sociais em sua dimensão processual e de longuíssimo prazo.

### **A categoria “globalização”: depuração conceitual e contextualização**

Do ponto de vista conceitual, Saskia Sassen (Sassen, 2010) ajuda na tarefa de resgate da categoria globalização. Para ela, o estudo da globalização é, mais precisamente, o estudo de um conjunto de diferentes dinâmicas transfronteiriças globais,<sup>3</sup> econômicas e não econômicas, superpostas e mais ou menos relacionadas entre si. A face mais visível dessas dinâmicas transfronteiriças globais diz respeito à escala do supranacional, englobando tudo aquilo que acontece acima dos Estados nacionais. Essa dimensão, a ponta do iceberg, corresponde ao senso comum acadêmico sobre a globalização e pode implicar processos não exclusivamente econômicos, mas multidimensionais de integração das economias e das sociedades nacionais na escala propriamente global (supranacional). Embora não esteja errado proceder dessa forma escalar-reducionista da globalização, ela pode não ser suficiente quando se trata do desafio de compreender a globalização na sua totalidade ou nas suas manifestações nas escalas do nacional, regional ou local.

Há, simultaneamente, uma face relativamente invisível dessas dinâmicas transfronteiriças globais, a parte submersa do iceberg, situada não exclusivamente na escala do supranacional, mas, também, nas escalas do nacional e do subnacional (regional ou local). Enquanto processos interescares, o conjunto mais geral de dinâmicas globais que compõem a globalização pode ser tomado enquanto processos transfronteiriços, parcialmente enraizados em territórios e/ou em instituições nacionais e subnacionais e que demandam trabalho crítico e cotidiano para a sua produção, reprodução e regulação por parte de diferentes atores, como Estados nacionais, organizações estatais e públicas não-estatais, organizações não governamentais, corporações e empresas em geral, movimentos sociais etc.<sup>4</sup> Tais processos, ao mesmo tempo em que respondem e são condicionados por dinâmicas globais específicas, estão inseridos em contextos territoriais e institucionais nacionais e subnacionais, tendo como desdobramento imediato a desestabilização das hierarquias tradicionais de escala. Neil Brenner (2010), em um passo que vai além de Saskia Sassen, discute como as próprias definições escalares são convertidas em objeto e arena de disputa pelos agentes envolvidos.

<sup>3</sup> Uso o termo “transfronteiriço global” em detrimento de “transnacional” com o objetivo de destacar o caráter propriamente global das dinâmicas às quais faz referência.

<sup>4</sup> Destaco que a ampliação do escopo analítico para essa face relativamente invisível da globalização implica, também, abarcar o conjunto de dinâmicas próprias daquilo que Gustavo Lins Ribeiro (2010) denominou como globalização popular ou sistema mundial não hegemônico. Composto por atividades, práticas e fluxos situados nos limites entre a legalidade e a ilegalidade, o lícito e o ilícito e o formal e o informal, a globalização popular chama a atenção para um conjunto de dinâmicas transfronteiriças globais nas quais “gente do povo” e “setores subalternos” são os protagonistas de longas redes populares de comércio, em geral, desreguladas e caracterizadas como ilegais, mas não necessariamente ilícitas (no sentido de ilegítimas).

Estudar as várias dinâmicas globais que compõe a assim chamada globalização, tal qual definida acima e com as suas partes mais e menos visíveis, traz, pelo menos, dois desdobramentos metodológicos específicos e importantes. O primeiro desdobramento consiste na revisão dos três pressupostos nem sempre explicitados das Ciências Sociais e dos estudos da globalização. São eles: (i) nacionalismo metodológico, que assume o Estado nacional enquanto ente territorial e institucional ontologicamente dado e que reduz a noção mais ampla de sociedade à de sociedade nacional; (ii) mútuo excludentismo escalar, que toma as escalas geográficas como estanques, isoladas e independentes, com a suposição de que todo e qualquer fenômeno cuja face perceptível aos agentes esteja localizado em uma escala seja exclusivamente dessa escala (em detrimento das demais); e (iii) oposição rígida entre Estado nacional/escala nacional e globalização/escala global, constituindo percepção dicotômica de que, quanto mais Estado, menos globalização e vice-versa (Brenner, 2004, 2010; Ianni, 1996; Sassen, 2010; Weiss, 2005).

O segundo desdobramento possibilita o alargamento da agenda de pesquisa dos estudos da globalização para além da parte visível da globalização, em geral, situada em escala supranacional e percebida pelos agentes como exclusivamente global. Tal alargamento implica a incorporação à agenda dos processos de produção, reprodução e regulação das várias dinâmicas globais nos territórios e nas institucionalidades nacionais e subnacionais, bem como o deslocamento da ênfase para os atores sociais, políticos, econômicos e populares envolvidos nesse processo (Ribeiro, 2010; Sassen, 2001). É só ao deslocar o olhar para tais processos de produção e reprodução cotidiana das diversas dinâmicas globais que compõe a globalização que se percebe a sua dimensão simultaneamente transfronteiriça e multiescalar. Um exemplo: o trabalho de múltiplos agentes estatais e não estatais, públicos e não públicos na construção e na manutenção de regulamentações e institucionalidade seletivas para a operação de organizações (empresas, filiais, organizações do terceiro setor etc.) não nacionais em territórios nacionais.

Já do ponto de vista histórico-espacial, a globalização é fenômeno recente, enraizado nos desdobramentos da crise do regime de acumulação fordista-keynesiano (Harvey, 1993; Lipietz, 1987) ou do capitalismo organizado (Offe, 1989), a partir do qual Manuel Castells (1999) identificou e caracterizou como conformação de uma nova economia simultaneamente informacional e global há aproximadamente 50 anos. Originária do Ocidente, mais especificamente no eixo do Atlântico Norte, os prolegômenos da globalização tal a conhecemos atualmente podem ser associados aos esforços e ao projeto de EUA e Inglaterra em reunificar o mercado mundial após quase 40 anos de segmentação desses mercados, ao mesmo tempo em que ganhava forma o processo fundamental de dispersão mundial da produção e da distribuição (Abdal e Ferreira, 2021; Arrighi, 2008; Bresser-Pereira, 2018; Tavares, 2019; Tavares e Melin, 2019).

Thomas Palley (2018), em interessante esforço de faseamento dos processos de integração da economia internacional, identifica três grandes períodos pós-Revolução Industrial (figura 2). São eles: (i) globalização vitoriana; (ii) (não-)globalização keynesiana;<sup>5</sup> e (iii) globalização neoliberal. Os dois primeiros momentos envolveram exclusivamente padrões de comércio exterior, Divisão Internacional do Trabalho (DIT) clássica e comércio intrafirma/investimentos externos diretos, respectivamente, e envolveram ganhos para o capital e o trabalho no mundo industrializado.

<sup>5</sup> O prefixo "não" em globalização keynesiana foi por mim acrescentado. Na perspectiva aqui desenvolvida, é uma contradição de termos falar em globalização keynesiana, dado que o período ao qual essa não-globalização se refere foi marcado por sistemas produtivos ensimesmados (Arrighi, 1996). O próprio Palley reconhece isso ao caracterizar esse período por padrão de comércio intrafirma.

GLOBALIZAÇÃO VITORIANA  (padrões de comércio exterior)	(NÃO-)GLOBALIZAÇÃO KEYNESIANA	GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL  (padrões de comércio exterior + Composição geográfica da produção)		
1870	1945	1980-90	2000	2010
Divisão Internacional do Trabalho <i>Clássica</i>	Comércio intrafirma	Economia de flutuação ou barcaça		

**Figura 2:** Reprodução esquemática do modelo das três globalizações. Adaptado de Thomas Palley (2018). Elab. própria.

Já o atual ciclo de globalização neoliberal, consolidado nos anos 1990, rompe com os padrões exclusivos de comércio exterior na sua caracterização, passando a envolver, fundamentalmente, a composição geográfica da produção e do comércio internacional em um tipo de economia caracterizada como “economia de flutuação” ou “economia de barcaça” (*barge economics*). Nessa economia de flutuação ou barcaça, o mercado e a produção mundiais estão unificados. As atividades econômicas, organizadas enquanto cadeias globais de produção, flutuam ou navegam em busca de fatores de produção cada vez mais baratos, enquanto países e territórios conectados a tais dinâmicas produtivas desempenham uma corrida ao fundo do poço (*race to the bottom*) pela atração dessas atividades, mesmo que isso implique o desmonte institucional de instituições nacionais associadas, por exemplo, à seguridade social<sup>6</sup> (Brenner, 2004; Martins, 1996; Rodrik, 2011a, b). Isso porque o que importa agora é a competitividade internacional, em detrimento de qualquer esforço redistributivo por parte dos Estados nacionais e, pelo menos do ponto de vista do autor citado, é a primeira vez que o trabalho do mundo desenvolvido passa a ser um perdedor direto da globalização.

Ao fim e ao cabo, importa destacar o caráter qualitativamente diferenciado da chamada globalização neoliberal. Circunscrita ao período que se inicia entre os anos 1970 e 1980,<sup>7</sup> ela, pela primeira vez desde o início da Revolução Industrial, envolve padrões de organização e localização da produção para a sua caracterização, além de padrões comerciais. Também é a primeira vez em que os trabalhadores dos países ricos se tornam perdedores diretos do comércio internacional. Por fim, guarda relação estreita com avanços tecnológicos, uma vez que é possibilitada pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), embora não seja por elas determinada.

### Síntese provisória e um passo à frente: Estado e globalização

Temos, até aqui, que a globalização é um conjunto denso e superposto de diferentes dinâmicas transfronteiriças globais mais ou menos convergentes entre si e construídas nos últimos 50 anos. Não é um ente metafísico que paira sobre as nossas cabeças, independentemente de nossas vontades. Também não é um processo irresistível de

<sup>6</sup> Exemplos: previdência, regulação do trabalho, sistemas públicos de saúde e assistência social, educação pública e gratuita etc.

<sup>7</sup> Datas sempre carregam consigo uma grande dose de arbitrariedade, mas assumo o período 1979-82, com a emergência de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente na Inglaterra e nos EUA, como o momento inaugural da globalização neoliberal.

superação dos Estados nacionais rumo a uma unidade de integração superior,<sup>8</sup> para o qual rumamos independentemente de toda e qualquer ação coletiva, por exemplo, como sugere Norbert Elias (1994b). Ao contrário, é um fenômeno complexo e multiescalar, constituído por múltiplos processos relativamente independentes e heterogêneos entre si e pela concorrência implícita ou explícita, consciente ou não, de múltiplos atores sociais, políticos, econômicos e populares. Assim, além de geográfica e historicamente situada, a globalização é cotidianamente produzida, reproduzida e regulada.

E um ator, talvez “o ator” fundamental nesse processo cotidiano de construção dessa diversidade de dinâmicas globais que compõem a globalização, é o Estado nacional. Responsável último pelo trabalho crítico da globalização (Sassen, 2010), diga-se, formulação e implementação da globalização, os Estados nacionais, de forma mais ou menos independente, assumiram para si a árdua tarefa de vincular (parcelas da) institucionalidade e (partes do) território que lhe corresponde a tais dinâmicas globais.

Do ponto de vista das abordagens institucionais,<sup>9</sup> os Estados são atores sociopolíticos e econômicos extremamente importantes. Em primeiro lugar, porque são os únicos atores que, ao mesmo tempo, jogam o jogo e alteram as suas regras, sendo, portanto, jogadores e juizes simultaneamente (North, 1990). Em segundo lugar, e derivado dessa sua potencialidade de alterar as regras do jogo, os Estados são atores sociais dotados de capacidade de estruturar e executar intervenções bem-sucedidas na economia e na sociedade (Evans, 1993).

Em uma formulação à la Peter Evans (Evans, 1993, 2004), capacidade estatal refere-se ao caráter desenvolvimentista do Estado, ou seja, a sua capacidade de formular e implementar de forma socialmente partilhada, legítima e tecnicamente primorosa objetivos de desenvolvimento. Por isso, para o autor, as características da organização interna dos Estados desenvolvimentistas são “autonomia e parceria”, ou seja, conjunção entre capacidade técnica constituída a partir de corpo técnico-burocrático de tipo weberiano,<sup>10</sup> com a constituição e a manutenção de canais legítimos e institucionalizados de pactuação entre Estado e sociedade.<sup>11</sup> Se autonomia implica insulamento burocrático e, portanto, autonomia relativa vis-à-vis os interesses particularistas presentes na sociedade; a parceria garante a inserção social dessa burocracia, evitando, assim, um descolamento excessivo da burocracia.

Vale notar que uma parte considerável dos Estados realmente existentes não pode e ne devem ser caracterizada como capaz, segundo essa perspectiva.<sup>12</sup> Ao mesmo tempo, além das diferenças de capacidade, há diferenças de poder – capacidade de impor a vontade sobre outrem (Weber, 1999a) – inter e entre Estados e outros atores com atuação global, de modo que parte substantiva dos Estados realmente existentes também não dispõem de controle completo a respeito de sua agenda. Alguns não dispõem de controle nenhum.

Os Estados nacionais, por trajetórias e condicionantes diferentes e enquanto atores responsáveis pelo trabalho crítico da globalização, assumiram, em determinado momento

---

<sup>8</sup> Seja no sentido valorativo de “superior”, de melhor ou mais eficiente; seja no sentido escalar de “superior”, de acima da escala nacional.

<sup>9</sup> Não entrarei aqui na discussão dos vários institucionalismos e nas suas diferenças. Basta-me a definição clássica e disseminada de Douglas North (1990): instituições constituem *as regras do jogo*, condicionando o comportamento dos atores sociais.

<sup>10</sup> Sugiro ir direto à fonte: Max Weber (1967a, b, c, 1999a, b).

<sup>11</sup> Em trabalho organizado por Alexandre Gomide e Roberto Rocha Pires (2014), as noções de autonomia e parceria são reformuladas enquanto capacidades técnicas e capacidades políticas e operacionalizadas para a análise de políticas públicas.

<sup>12</sup> Para Peter Evans (2004), o tipo polar ao Estado desenvolvimentista é o *Estado predador*, capturado por interesses particularistas e não dotado dos requisitos mínimos para definição, pactuação e implementação de objetivos de desenvolvimento.

pós-década de 1970, e mantiveram, pelo menos até meados da presente década, a globalização como um objetivo de desenvolvimento.<sup>13</sup>

Para Saskia Sassen (2010), ter a globalização como um objetivo de desenvolvimento significa a realização de trabalho crítico (formulação e implementação) relacionado à conexão de territórios e atores nacionais e/ou subnacionais e componentes estatais a dinâmicas globais específicas, como regimes internacionais de direitos, mercados, cadeias globais de produção e distribuição, redes de atores globais etc. E isso, para a autora, só é possível a partir da incorporação de agendas não necessariamente estatais, nacionais e/ou públicas. Fóruns supranacionais, constituídos ou não por Estados nacionais específicos e compostos, inclusive, por grandes corporações transnacionais e organismos internacionais ou outros atores globais, foram, nos últimos 50 anos, os lugares por excelência da produção e da disseminação dessas agendas globalizantes (Rodrik, 2011b).

O trabalho crítico de formulação e de implementação da globalização envolve duas tarefas principais que, embora apresentadas separadamente, estão inter-relacionadas (Sassen, 2010). Por um lado, um componente é a destruição de antigas regulamentações e institucionalidades consolidadas no pós-Segunda Guerra<sup>14</sup> e que implicavam economias e sociedades relativamente fechadas, seguida da construção de novas regulamentações e institucionalidades que impliquem economias e sociedades relativamente abertas, mais ou menos associadas a valores cosmopolitas. Por outro lado, o segundo componente é a regulação da atuação, em território nacional, de agentes não nacionais, como corporações e empresas, organizações não governamentais, representações de organismos internacionais, movimentos sociais, organizações criminosas<sup>15</sup> etc., associados às novas institucionalidades mencionadas acima.

### Os três macroprocessos constitutivos das agendas globalizantes

Qual é a origem dessas agendas globalizantes internalizadas pelos Estados? A quais processos elas estão associadas? Argumento haver, pelo menos, três macroprocessos constitutivos dessas agendas e nos quais elas estão enraizadas, sendo o conjunto de interesses e atores econômicos, políticos, sociais e populares que a eles foram se associando os seus artífices. São eles: (i) dispersão mundial da produção manufatureira; (ii) reestruturação produtiva e organizacional; e (iii) emergência da política locacional.

A dispersão mundial da produção manufatureira e do comércio consiste em amplo movimento de longo prazo, que toma fôlego a partir da década de 1960 e implica a realocação da manufatura mundial, até então concentrada em poucos territórios dos países desenvolvidos, para territórios e países sem tradição manufatureira pretérita e não necessariamente ocidentais. Alain Lipietz (1987) chama a atenção para a emergência dos chamados Novos Países Industrializados (NPIs), mediante a expansão internacional do taylorismo e do fordismo; Alice Amsden (2009) caracteriza o fenômeno enquanto industrialização tardia, enfatizando a dimensão da política industrial em trajetórias nacionais de desenvolvimento; e Giovanni Arrighi (2008) fala em deslocamento do eixo dinâmico da produção mundial para o leste da Ásia, a partir, sobretudo, da emergência da

<sup>13</sup> A rigor, apenas os EUA e a Inglaterra (talvez, Alemanha, França, Japão e China) incorporaram de forma relativamente autônoma a *globalização* como um objetivo de desenvolvimento. Todos os outros mesclaram alguma autonomia com coerção. Na América latina, essa *coerção* ficou conhecida como Consenso de Washington.

<sup>14</sup> Nos países desenvolvidos, isso implicou o desmonte institucional do fordismo-keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social a ele associado. Nos países emergentes, significou o desmonte institucional do nacional-desenvolvimentismo.

<sup>15</sup> No caso de organizações criminosas, por *regulação da atuação* lê-se *regulação da repressão*.

China. É nesse pano de fundo, de migração da indústria de transformação para territórios industrialmente virgens, que a discussão sobre desindustrialização está situada.<sup>16</sup>

Dada essa definição do processo, faço dois apontamentos. O primeiro destaca que a dispersão mundial da indústria de transformação e do comércio, no seu início, foi um processo que mesclou transbordamento do fordismo central para uma periferia próxima e a emergência de plataformas taylorizadas de exportação baseadas em trabalho barato (Lipietz, 1987) com a consolidação de alguns países cujos Estados foram suficientemente fortes para fechar as suas economias e barganhar a atração de plantas industriais de grandes empresas, principalmente nos setores mais intensivos em capital (Amsden, 2009; Evans, 1982). Nesses casos, o que se constituiu entre 1960 e 1980, dependendo das características específicas em cada país, foram parques produtivos relativamente redundantes, nos quais o deslocamento da planta produtiva era mais uma estratégia de acesso a mercados consumidores do que estratégia de racionalização da produção em escala global (Arrighi). Foi só com o passar do tempo e a implementação pelos seus respectivos governos de políticas de formação e integração aos mercados globais e abertura comercial que tais plantas puderam ser reestruturadas e integradas a cadeias globais de produção, agora em um mercado mundial reunificado e que funciona segundo o modelo de economia de flutuação, já comentado (Arrighi, 1996; Palley, 2018).

O segundo apontamento é, na verdade, uma contrapartida da dispersão mundial da produção industrial. De acordo com Saskia Sassen (2001, 2005), tal dispersão implicou uma complexificação das atividades de gestão, comando e controle da economia mundial, uma complexificação de tal monta que as corporações sozinhas deixaram de ser capazes de produzi-las internamente. Junto com a emergência de novas tecnologias de informação e comunicação, a externalização de atividades de alto nível constituiu a base da emergência de setores de serviços especializados e de atividades financeiras, eles próprios sujeitos a altíssimos requisitos locacionais e a economias de aglomeração de novo tipo, mais associadas a mercado de trabalho diversificado e especializado, proximidade de fornecedores e usuários e fluxos densos e velozes de informação e conhecimento não codificado (Scott e Storper, 2003; Storper e Venables, 2004). É a concentração dessas atividades de altíssimo nível do setor de serviços em poucas grandes cidades que está na base da emergência das chamadas cidades globais. Mais do que setorialmente especializadas, as cidades globais constituem centros pós-industriais de produção de serviços especializados e de atividades financeiras. Nesse sentido, a sua especialização é funcional (Duranton e Puga, 2002), estando associada às atividades de comando, controle e gestão da economia e da sociedade global em construção (Castells, 1999; Sassen, 2001).

A reestruturação produtiva e organizacional é, também, a crise da empresa verticalmente integrada (Castells, 1999), sendo essa última a forma organizacional típica da grande corporação capitalista sob o regime de acumulação fordista-keynesiano (Harvey, 1993; Lipietz, 1987). Ela, empresa verticalmente integrada, foi uma forma organizacional baseada na produção em massa mediante internalização da organização do trabalho de tipo taylorista-fordista dentro da planta e burla ao mecanismo de mercado via deslocamento das relações de mercado externas à firma por relações não comerciais intrafirma. Porque extremamente rígida (Harvey, 1993), ou seja, dependente de alta dose de previsibilidade, só foi possível no contexto do período 1930-70/80 de economias relativamente fechadas, oligopolizadas e inundadas por crédito constante e direcionado para o setor produtivo.

A sua crise está diretamente associada à crise do regime de acumulação fordista-keynesiano e a resposta do setor produtivo veio na forma de busca e experimentação

---

<sup>16</sup> Para uma reconstrução dessa discussão, ver Daniel Drach (2016).

de novos modelos organizacionais<sup>17</sup> desverticalizados e flexíveis, aptos a sobreviver e a competir em ambientes econômicos cada vez mais imprevisíveis. A flexibilidade e a externalização de atividades não centrais, para essas novas formas organizacionais, tornaram-se pressuposto da sua competitividade em mercados mundiais em vias de reunificação (Arrighi, 1996; Harvey, 1993). Embora não tenha sido causada pela revolução das TICs, foi concomitante a ela, sendo a incorporação dessas novas tecnologias pelas empresas em processo de reestruturação um elemento fundamental para a potencialização da sua flexibilidade organizacional e produtiva (Castells, 1999).

A política locacional é a contrapartida pública-estatal da reestruturação produtiva, estando a sua emergência situada na crise do planejamento territorial fordista-keynesiano (Brenner, 2004). Embora de caráter de cima para baixo e centralizado, autoritário e homogeneizador, o planejamento fordista-keynesiano também se caracterizou pelo viés redistributivo pró-integração e pró-equilíbrio territorial no horizonte de economias nacionais relativamente fechadas. A política locacional, por sua vez e tal qual conceituada por Neil Brenner (2004), foi o resultado da reestruturação e reescalonamento da ação estatal no novo contexto de reunificação do mercado mundial e de formação e consolidação da economia de flutuação. Agora, mais do que preocupados com a integração e/ou equidade territorial, os Estados e os seus diferentes níveis de governo passaram a se preocupar e a se responsabilizar pela competitividade de seus territórios mais competitivos, mesmo que isso implicasse a ampliação ou o aparecimento de novas desigualdades.

As formas concretas da política locacional variam, mas mantêm em comum o substrato da competitividade em detrimento da redistribuição (equidade). São feitas diretamente por governos subnacionais ou, mesmo, nacionais e/ou empresas públicas setoriais ou não, agências de desenvolvimento etc., em geral, com o apoio de atores privados locais, objetivando coisas como a atração de atividades econômicas e/ou investimentos, fluxos de capitais, mão de obra qualificada e grandes projetos e eventos (Healey, 2009). Em suas modalidades menos nobres, assumem a forma de jogo de perde-perde que, no Brasil, se convencionou chamar de guerra fiscal,<sup>18</sup> implicando corrida ao fundo do poço pelos poderes públicos no sentido de ver quem cede maior número de incentivos fiscais e não fiscais e reduz mais os custos de produção, custo do trabalho em primeiro lugar, mediante a desmobilização ou reforma de instituições nacionais relacionadas à seguridade social (Martins, 1996; Rodrik, 2011b).

## **A análise da “globalização” e a abordagem da Análise dos Sistemas Mundiais**

Situar a análise da globalização em uma perspectiva ainda mais ampla e que permita observar, ao mesmo tempo, as dimensões processuais e de longuíssimo prazo dos fenômenos sociais traz ganhos analíticos robustos para o fazer das Ciências Sociais, em geral, e da Sociologia, em particular. Possibilita, por exemplo, identificar momentos anteriores de unificação e de segmentação do mercado mundial e, assim, relativizar a percepção do ineditismo, irresistibilidade e desejabilidade própria das narrativas vulgares ou heroicas

---

<sup>17</sup> Não discutirei essas novas formas organizacionais aqui, mas aponto que elas são muitas e variadas e interagem de forma diferencial com tecnologia, território e produção em massa. Cito duas, bastante famosas: o toyotismo, por exemplo, é o meio de flexibilizar a produção em massa, sem eliminar a centralidade dos ganhos de escala. Já os distritos industriais setorialmente especializados estão baseados em pequenas empresas complementares, cooperativas e territorialmente enraizadas. Para uma discussão mais ampla, além do já citado Manuel Castells, ver, entre outros, Michael Piore e Charles Sabel (1984), Ann Markusen (1995) e Michael Storper (1997).

<sup>18</sup> Ver, por exemplo, Glauco Arbix (2001) e Sidnei Nascimento (2008).

acerca do atual ciclo de unificação global das economias e sociedades nacionais.<sup>19</sup> Só a refutação da caracterização desse ciclo de integração internacional enquanto processo linear e evolutivo permite apreender o argumento da construção da globalização na sua totalidade e potência analítica.

Embora coexistam diferentes formas de trabalhar o longuíssimo prazo nas Ciências Sociais,<sup>20</sup> uma forma particularmente interessante para o fenômeno ora em tela trata-se da perspectiva da Análise dos Sistemas Mundiais. Diretamente relacionada à noção de longa duração e à revisão crítica da noção de capitalismo que o historiador Fernand Braudel faz na sua monumental trilogia “Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII” (2009a, 2009b, 2009c), a Análise dos Sistemas Mundiais pode ser considerada, não sem ambiguidade, uma sistematização da abordagem braudeliana.<sup>21</sup> Um ponto forte na defesa dessa abordagem enquanto pano de fundo metateórico para a análise da globalização diz respeito ao deslocamento da unidade analítica das sociedades nacionais para o sistema internacional, caracterizado enquanto sistema-mundo ou economia-mundo. Nesse sentido, é uma perspectiva que, desde o seu nascedouro, dúvida e questiona aqueles três pressupostos das Ciências Sociais mencionados na seção anterior, ou seja, (i) nacionalismo metodológico; (ii) mútuo excludentismo escalar; e (iii) oposição entre globalização e Estado-nação.

Immanuel Wallerstein (1999, 2004), em uma (quase) declaração de princípios, caracteriza a perspectiva da Análise dos Sistemas mundiais como um “protesto às formas pelas quais a investigação científico-social foi estruturada e institucionalizada ao longo dos séculos XIX e XX”. Os seus fundamentos são:

1. Principais problemas das Ciências Sociais são amplos e complexos, de modo que a divisão disciplinar tradicional, cujo resultado é isolar economia, sociedade, cultura e política, não concorre para respostas completas ou holísticas.
2. Assim como a divisão disciplinar tradicional não faz sentido, a separação entre história (narrativa particular) e Ciências Sociais (leis gerais e regularidades sociais) também não faz. Toda Ciência Social (economia, sociologia, antropologia e ciência política) é, também, histórica, e o grande desafio passa a ser encontrar as leis gerais que regem permanências e mudanças inter e intrassistemas particulares.
3. Desconstrução da identidade entre Estado e Sociedade, assim, problematizando a questão das unidades relevantes de análise e tornando-as objeto de investigação. Questão de investigação passa a ser quando e onde a vida social acontece, com a noção de *sociedade* sendo deslocada pela noção de sistema histórico: unidades históricas dentro das quais a vida social acontece e é reproduzida mediante divisão de trabalho específica.
4. Economia-mundo europeia é sistema histórico particular, cujas normas só podem ser compreendidas da sua própria trajetória.
5. Reconsideração da centralidade e da singularidade da Revolução Industrial e da Revolução Francesa para a conformação da economia-mundo europeia.

<sup>19</sup> Para citar apenas um exemplo, destaco o famoso trabalho de Francis Fukuyama (1992) que associa o fim da Guerra Fria a um suposto “fim da História”.

<sup>20</sup> Dentre essas outras possibilidades, cito a sociologia dos processos, por exemplo, tal qual desenvolvida por Norbert Elias (1993), com destaque para “O processo civilizador”; ou a organização e incorporação de longuíssimas séries estatísticas comparáveis, tal qual fez Thomas Piketty (2014).

<sup>21</sup> Outras influências determinantes da Análise dos Sistemas Mundiais, segundo Immanuel Wallerstein (2004), são (i) o conjunto do debate sobre imperialismo, centro e periferia e subdesenvolvimento; (ii) as análises marxistas sobre modos de produção e transição para o capitalismo; e (iii) a tradição da sociologia econômica.

6. Noção de progresso (linearidade da transformação social em sentido específico) não dá conta da questão da transição entre sistemas históricos e nem de uma adequada avaliação do papel de variáveis estocásticas.
7. Inversão do método científico, com o geral-abstrato (sistemas históricos) como ponto de partida para a explicação do particular.

Em que pese a importância de Immanuel Wallerstein para a emergência, consolidação e institucionalização da perspectiva da Análise dos Sistemas Mundiais, o estudo da globalização, tal qual aqui definida, encontra maior afinidade com um outro autor: Giovanni Arrighi. Isso porque a abordagem arrighiana é relativamente mais flexível à acomodação de dinâmicas globais transfronteiriças, com destaque para os processos de vinculação e desvinculação de territórios subnacionais e/ou (partes de) institucionalidades nacionais a dinâmicas globais,<sup>22</sup> bem como mais aberta à captação de mudanças qualitativas dentro da longa duração de um sistema histórico específico.

Giovanni Arrighi (1996, 2008) também toma por base a abordagem braudeliana<sup>23</sup> e formula um modelo adequado para pensar a trajetória do Ocidente, caracterizado enquanto economia-mundo europeia, na longa duração. Permite, assim, situar temporal e espacialmente a globalização, agora nos processos seculares de longuíssimos prazos do que chama de capitalismo histórico.<sup>24</sup> Da abordagem braudeliana, Giovanni Arrighi se apropria de:

1. Noção de capitalismo como um lugar de aferição de lucros extraordinários, derivado da aproximação entre poder econômico e poder político e da conseqüente criação e sustentação de monopólios. Nesse sentido, o capitalismo não é uma relação social entre proprietários e não proprietários dos meios de produção ou um sistema de relações sociais desse tipo cristalizadas em um modo de produção, tal qual na tradição marxiana.
2. Representação da vida econômica em três camadas verticalmente integradas: vida material, mercado e capitalismo, respectivamente lugares do autoconsumo, das trocas horizontais e igualitárias do mercado (funcionamento das leis de oferta e demanda) e dos monopólios (lucros extraordinários). Enquanto a vida material é o substrato básico da vida econômica, uma espécie de humo, o mercado constitui o primeiro andar desse edifício, possibilitado apenas na medida em que a vida material implicar certa vitalidade e excedentes minimamente estáveis para permitir a troca. Já o capitalismo, segundo andar do edifício, só pode emergir a partir das relações de mercado, devendo ser elas, também, minimamente robustas e estáveis para sustentar monopólios.
3. Caracterização do capital como associado às ideias de flexibilidade e ecletismo, mas não necessariamente à rigidez da produção (industrial e comercial). O resultado é uma dissociação entre o capitalismo e a Revolução Industrial (inglesa), fenômenos inseparáveis na tradição marxiana e nas narrativas mais comuns da modernidade. Assim, a relação entre capitalismo e Revolução Industrial deixa de ser uma relação de causa e efeito para se tornar uma relação conjuntural, mais próxima da noção de afinidade eletiva. E, destaque, foi só a partir das revoluções industriais, inglesa e demais, que a produção manufatureira passou a ser, também, mas sob certas condições, um lugar possível para a aferição de lucros extraordinários.
4. Construção da noção de economia-mundo, espaço economicamente integrado do planeta, cujas fronteiras os atores sociais, econômicos e políticos não vêm sentido nem vantagens em ultrapassar. Porque desintegradas politicamente, as economias-mundo

<sup>22</sup> Para uma crítica mais elaborada da relativa rigidez da abordagem de Immanuel Wallerstein, ver Saskia Sassen (2001, 2010).

<sup>23</sup> Além de Fernand Braudel, outras importantes referências são Karl Marx, Max Weber e Antonio Gramsci.

<sup>24</sup> Em oposição a uma visão mais funcional-sistêmica de capitalismo.

são diferentes dos impérios-mundo, sendo a economia mundo europeia (ou capitalista) a mais longeva das economias-mundo. A partir da influência de um centro, integram-se os diferentes territórios (semiperiferias e periferias) e as várias relações sociais de produção (assalariamento, servidão, escravagismo etc.) em uma economia-mundo.

O modelo que Arrighi constrói, denominado Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSAs), busca subdividir a realidade do capitalismo histórico (ou trajetória da economia-mundo europeia nos seus quase cinco séculos de duração) em unidades minimamente homogêneas, regulares e operacionais de análise. Cada CSA é composto por um momento de expansão material, de “mudanças contínuas em uma mesma via de desenvolvimento”, e por um momento de expansão financeira, de “mudanças descontínuas no qual vias concorrentes de desenvolvimento emergem”.

Os momentos de expansão material são, também, momentos nos quais lucros extraordinários são obtidos na esfera da produção, notadamente manufatura, do século XIX em diante. E momentos de expansão financeira constituem momentos nos quais, dada a saturação da economia real,<sup>25</sup> lucros extraordinários deixam de ser obtidos na indústria e no comércio e passam a ser obtidos nas esferas financeiras. Parafraseando Karl Marx (1971), na expansão financeira passa-se da fórmula DMD' para a DD' enquanto descrição da dinâmica fundamental de acumulação.

Embora haja uma forte dependência da trajetória na economia-mundo europeia, cada CSA encerrou um centro dinâmico diferente, capaz de articular, a partir de si e de sua cidade principal, os diferentes territórios que o compõem. E cada CSA, também, comportou a institucionalização de uma via de desenvolvimento específica e de um sistema particular de gestão das relações interestatais. Pelo menos no curto e médio prazo de sua existência, cada um dos CSAs foi capaz de, à sua maneira, estabilizar tanto o processo de acumulação em escala mundial quanto o sistema de governança internacional sob uma liderança legítima e hegemônica. Contudo, no longo prazo (algo em torno de um século ou mais), os CSAs tenderam à instabilidade e à superação, até agora, por um novo CSA, capaz de articular uma nova via de desenvolvimento e com um novo sistema de governança internacional sob uma estrutura institucional mais eficaz.

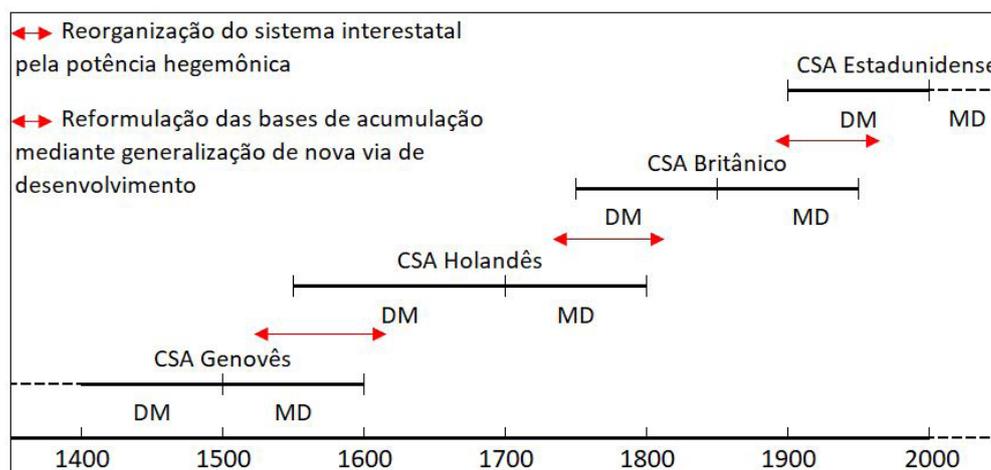
As causas dessas dinâmicas estão associadas a contradições internas dos próprios CSAs. Em primeiro lugar, devido à impossibilidade de cada via de desenvolvimento particular garantir lugar fértil para a geração de lucros extraordinários *ad infinitum*. Justamente por conta da citada lei dos rendimentos decrescentes em contexto de acirramento da competição, chega um momento em que os principais agentes capitalistas, os grandes tubarões, como diz Ferdinand Braudel, preferem ficar na esfera financeira da economia, lugar de ecletismo e flexibilidade no qual, inclusive, ficam mais à vontade (Braudel, 2009a). Embora um novo ciclo de expansão econômica se inicie com a mudança de fase do CSA, esse novo ciclo é ainda mais insustentável. Jocosamente chamado de *Belle Époque* por Giovanni Arrighi, dado a estreiteza distributiva dos circuitos financeiros, a sua característica última é a polarização social, por exemplo, na forma de aumento das desigualdades socioeconômicas e instabilidade política, seguida da deterioração dos meios do centro em exercer liderança legítima sobre o sistema interestatal.

De acordo com Arrighi, foram quatro os CSAs: genovês, holandês, britânico e estadunidense (figura 3). Dados os interesses da presente reflexão, discuto apenas os dois últimos. O CSA britânico é caracterizado como “imperialismo de livre comércio” (Arrighi, 1996), tendo conjugado movimento de unificação do mercado mundial e DIT clássica com manutenção de colônias ao redor do mundo. A sua via de desenvolvimento esteve associada à indústria da primeira Revolução Industrial e à produção industrial

---

<sup>25</sup> Explicação remete à lei dos rendimentos decrescentes de Adam Smith (2009).

geograficamente concentrada na Inglaterra e mais poucos países europeus, mas dependente de mercados externos para a sua realização e para a obtenção de matérias-primas e insumos. A governança internacional esteve ligada ao Concerto da Europa, com a sua efetividade dependente da capacidade e habilidade britânica em garantir a estabilidade do mercado mundial mediante controle colonial da África e da Ásia e imperialista das Américas. Importante notar que esse CSA esteve majoritariamente dependente das habilidades econômicas, políticas e militares britânicas em controlar e manipular os fluxos de mercadorias e capitais em contexto de mercado mundial unificado. Nesse sentido, esteve associado ao que atores já discutidos aqui, como Thomas Palley (2018) ou Dani Rodrik (2011a), chamaram de globalização vitoriana ou ciclo anterior de globalização.



**Figura 3:** Trajetória esquemática da economia-mundo europeia. Adaptado de Giovanni Arrighi (1996). Elab. própria.

O CSA estadunidense nasce do ocaso do CSA britânico, demarcado pelas duas grandes guerras e, principalmente, associado às contradições entre institucionalização do mercado mundial unificado, regido pelos princípios do mercado autorregulado, e dependência da edificação e manutenção de colônias. O deslocamento do centro dinâmico da economia-mundo europeia para os EUA e a consolidação da ONU, o novo mecanismo de gestão da governança internacional, encerrou, pelo menos, quatro deslocamentos fundamentais: (i) a emergência da integração vertical em um renovado capitalismo de grandes corporações; (ii) a invenção do mercado interno com inclusão do trabalhador na esfera do consumo, inclusive enquanto condição da realização da produção em massa; (iii) predominância de novo tipo de intervenção estatal na economia e sociedade, implicando planejamento da produção e Estado de Bem-Estar Social; e (iv) movimento inédito de descolonização global e independências nacionais, em contexto no qual a reprodução do centro na economia-mundo deixou de depender da manutenção de colônias.

Essa nova via de desenvolvimento, que combinou integração vertical com predominância do mercado interno e gestão keynesiana da economia, foi tateada no entre-guerras (*New Deal*) e consolidada e exportada no pós-Segunda Guerra Mundial (Plano *Marshall*). Seu apogeu foram os anos 1950 e 1960, também conhecidos como “anos de ouro do capitalismo” ou “trinta gloriosos”. Mas a sua crise, até aqui caracterizada enquanto crise do regime de acumulação fordista-keynesiano (Harvey, 1993) ou do capitalismo organizado (Offe, 1989), é, também, o marco zero da globalização, no sentido de que foram das soluções encontradas para essa crise (dispersão mundial da produção, reestruturação produtiva e emergência da política locacional), em contexto de reunificação do mercado

mundial, constituição de economia de flutuação e emergência do modo informacional de desenvolvimento, que a globalização está situada.

A globalização, portanto, corresponde à *Belle Époque* do CSA estadunidense, sendo identificada a sua fase de expansão financeira. É fenômeno social incrustado na média duração (intervalo de décadas) do capitalismo histórico (fenômeno secular) e que implica uma forma institucional particular de acomodação e estabilização do processo de acumulação (figura 4). Dentre os principais deslocamentos que engendrou na passagem da expansão material para a financeira em seu CSA, destacam-se os seguintes deslocamentos: (i) de mercado mundial segmentado para mercado mundial (re)unificado; (ii) da indústria de transformação para os serviços e finanças; (iii) da produção manufatureira mundial concentrada em alguns lugares do eixo do Atlântico Norte para uma produção manufatureira crescentemente dispersa; (iv) da corporação verticalmente integrada para a corporação desverticalizada e flexível; (v) de uma ação estatal ancorada na ideia de redistribuição para uma ação estatal orientada para a competitividade.



**Figura 4:** A globalização na longa duração. Adaptado de Giovanni Arrighi (1996, 2008). Elab. própria.

### Considerações finais

O presente ensaio teve por objeto a depuração conceitual e a contextualização da categoria e do fenômeno social da globalização, bem como a situação da análise da globalização em perspectiva processual e de longa duração. O resultado é a reconstrução da globalização enquanto categoria analítica, entendida (i) enquanto feixe heterogêneo e mais ou menos convergente, mais ou menos divergente, de dinâmicas globais transfronteiriças, multiescalares e multidimensionais, cotidianamente produzidas, reproduzidas e reguladas por um conjunto de atores, dentre os quais o Estado desempenha papel central; (ii) situada na crise do regime de acumulação fordista-keynesiano (ou do capitalismo organizado) a partir dos processos de dispersão global da produção, reestruturação produtiva e emergência da política locacional; e (iii) situada no médio prazo do capitalismo histórico, mais precisamente na fase de expansão financeira do CSA estadunidense e pelos movimentos de reunificação do mercado mundial que lhe foram correspondentes.

Agora, se a globalização foi categoria conceitualmente definida e contextualizada, com a sua emergência espaço-temporalmente precisada, o mesmo não pode ser dito da sua duração e eventual crise e mutação. Se a globalização é construída mediante trabalho crítico de vinculação de territórios e institucionalidades a dinâmicas globais e regulação da atuação de atores globais em territórios nacionais e subnacionais, ela

também pode ser desconstruída. Em outros termos: até quando a globalização estará na agenda dos diferentes atores econômicos, políticos e sociais? Mais especificamente: até quando consistirá em objetivo de desenvolvimento da maior parte dos Estados nacionais?

Teria a globalização ido longe demais? Autores como Dani Rodrik (2011a) e Carlos Estevam Martins (1996) formularam essa pergunta alvissareira em meados dos anos 1990, aventando a hipótese segundo a qual a implementação da globalização teria trazido consigo um conjunto de externalidades negativas e que poderiam colocar em xeque o próprio apoio político e a base social da globalização. O aprofundamento da integração global das economias e sociedades, portanto, se faria às custas da integração social e da estabilidade política, de forma análoga à qual, para Karl Polanyi (2000), a imposição do ideal do mercado autorregulado implicaria destruição do tecido social.

A principal externalidade negativa é o aumento das desigualdades sociais e dos desequilíbrios no mercado de trabalho, os quais galgaram níveis dramáticos nos anos 2000 e atingiram sobremaneira grupos sociais específicos que não foram capazes de internalizar os frutos positivos da globalização (Arrighi, 1996; Wright e Dwyer, 2003; Piketty, 2014). As outras externalidades negativas são (i) pressão sobre instituições nacionais, no sentido de rebaixamento dos padrões de vida e desmonte dos sistemas de seguridade social em prol da competitividade; e (ii) crescente incapacidade do Estado nacional de taxar o capital, minando a sua capacidade de produzir política social e forçando-o a compensar em taxação sobre o trabalho.

Em que pese a precocidade do diagnóstico do problema (consolidação da globalização em detrimento da coesão social e da estabilidade política), uma crise social mais profunda e em algum sentido globalmente generalizada das bases sociais da globalização, por um lado, e do sistema político como um todo, por outro, só viria cerca de vinte anos depois. Uma de suas partes visíveis consiste na chegada ao poder pela via eleitoral de forças político-sociais autoritárias, conservadoras e messiânico-populistas (Levitsky e Ziblatt, 2018), mas autoapresentadas e percebidas pelas populações como (i) defensoras dos perdedores da globalização; (ii) antissistema e/ou anti-*status quo*, no sentido de negação da política tradicional e do sistema partidário; (iii) apoiadas, cada uma a sua maneira, em plataformas antiglobalização e/ou anti-instituições globais e/ou antivalores cosmopolitas e universalistas associados à globalização; e (iv) promotoras de uma suposta essência nacional-identitária específica, em geral associada à família, à superioridade do homem branco e heterossexual. Nesse sentido, foram bem-sucedidas em deslocar o conflito sociopolítico para uma suposta disputa entre “patriotas defensores do povo e dos valores tradicionais” contra “elites globalistas nacionalmente alheias”, tendo conseguido, inclusive, importantes resultados eleitorais, como a vitória de Donald Trump nos EUA, de Jair Bolsonaro no Brasil e do Brexit no Reino Unido, entre outros.

Manuel Castells (2018) caracteriza esse fenômeno como uma profunda crise de legitimidade da democracia liberal, ao passo que Nancy Fraser o caracteriza enquanto crise do neoliberalismo progressista (Fraser, 2017). Para ambos, embora os processos históricos de desgaste das democracias liberais-representativas e dos políticos a ela associados sejam de longa data, a novidade que desencadeou uma crise de legitimidade política (Castells) ou a crise de hegemonia (Fraser) sem precedentes foi o fato de que as forças políticas tradicionais, sejam à esquerda ou à direita do espectro político, sejam social-democráticas ou liberal-conservadoras, e que estiveram engajadas com a construção e a manutenção da globalização, revelaram-se mais comprometidas com o mercado

mundial, o sistema financeiro e as grandes corporações do que com as suas respectivas populações e nações.<sup>26</sup>

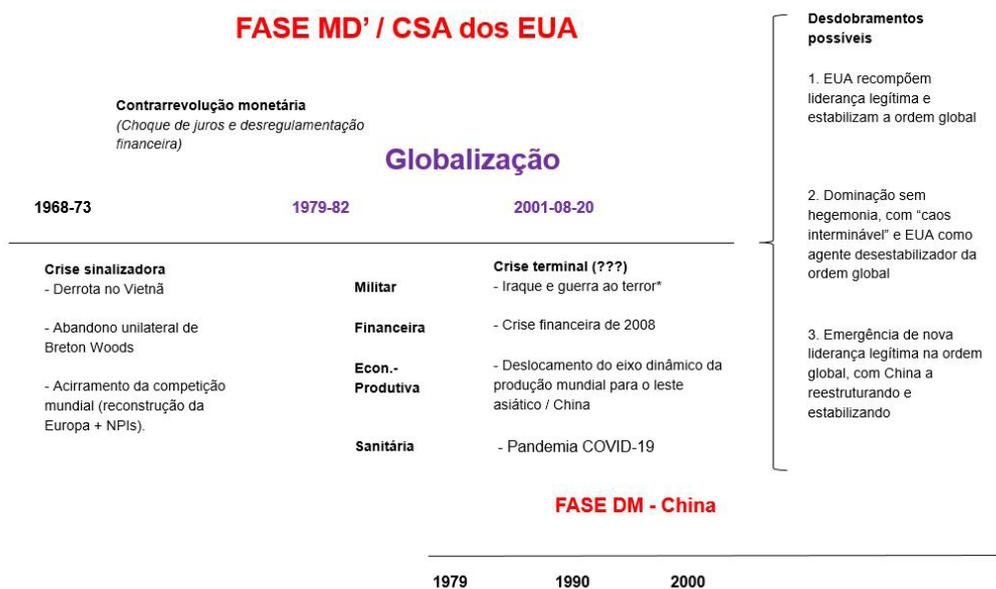
Segundo essa explicação, o momento fundamental de inflexão, caracterizado enquanto “ruptura”, teria sido as respostas à crise financeira de 2008. Nela, os diferentes governos nacionais, europeus à frente, preferiram salvar os atores percebidos como culpados pela crise (bancos, grandes corporações) do que as populações afetadas pela crise, ao mesmo tempo em que políticas de austeridade fiscal e redução dos sistemas de proteção social eram levadas a cabo.

Essas crises de desintegração social (Rodrik, 2011a, 2011b), aprofundamento da desigualdade (Piketty, 2014; Wright e Dwyer, 2003), da democracia liberal (Castells, 2018) e do neoliberalismo progressista (Fraser, 2017) remetem à crise mais geral do CSA estadunidense, que implica a própria crise da economia-mundo europeia, tal qual preconizada pela abordagem da Análise dos Sistemas Mundiais (Arrighi, 1996, 2008; Wallerstein, 2004). O abandono unilateral de *Bretton Woods* e a contrarrevolução monetária teriam sido capazes de resolver momentaneamente, algo entre quatro e cinco décadas, as contradições inerentes ao seu CSA. Contudo, teriam sido incapazes de estabelecer bases minimamente estáveis para o processo de acumulação, para a governança do sistema interestatal e para a garantia de canais distributivos minimamente amplos (Arrighi, 2008). O resultado é polarização social e a ampliação das desigualdades socioeconômicas, a crise de legitimidade e paralisia dos mecanismos legítimos (democracia liberal-representativa) de resolução de conflitos e a crise de hegemonia dos EUA, cada vez menos propensos a agir dentro da institucionalidade internacional criada no pós-guerra. No limite, estaríamos diante da implosão dos fundamentos sociais, econômicos e políticos de garantia da legitimidade e da institucionalidade da globalização e do processo mais geral do movimento de reunificação do mercado mundial que engendrou.

Ao mesmo tempo, também da passagem dos anos 1970 para 1980 para cá, uma nova, concorrente e bem-sucedida via de desenvolvimento emergiu e se consolidou no Leste Asiático, centrada na China. Em termos agregados, significou o deslocamento do eixo dinâmico da produção do eixo do Atlântico Norte para o Leste Asiático e China (Arrighi, 2008; Barbosa, 2019). A integração chinesa à globalização ocorreu segundo os seus próprios interesses nacionais, com elevada dose de autonomia, e possibilitou à China tornar-se uma das principais, se não a principal, beneficiária da globalização, apesar de não ter sido uma de suas criadoras (Arrighi, 2008; Barbosa, 2011; Borghi, 2015; Rodrik, 2011b).

Pode a China se tornar a principal interessada na manutenção da globalização, mesmo não tendo sido por ela criada? Se sim, atuará para a recuperação da sua legitimidade e reforço da sua institucionalidade? Será capaz de erigir hegemonia suficiente para tal tarefa? Ou serão os EUA capazes de reconstruir a sua hegemonia? Se sim, farão isso às custas da globalização e/ou da democracia liberal? Se não, permanecerão como agentes de instabilidade global? E os demais países, como se alinharão nesse novo (des)equilíbrio de poder? Temos, aqui, uma vivaz agenda de pesquisa para os estudos da globalização, graficamente representada na figura 5, a seguir.

<sup>26</sup> Uso *nação* aqui em seu sentido mítico de povo (ou comunidade de valores) imbricado em passado/destino comum. Ver, por exemplo, Eric Hobsbawm (2012) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (2017).



**Figura 5:** esquema sintético. Adaptado de Giovanni Arrighi (1996, 2008). Elab. própria.

Destaco que a abordagem aqui desenvolvida e sintetizada na figura sugere, pelo menos, três cenários possíveis. No primeiro, os EUA são capazes de recompor a sua liderança legítima sobre o sistema interestatal, o que significa, em alguma medida, recuperação de competitividade econômica e recuperação industrial. A questão nesse cenário é em qual medida essa recuperação se fará às custas da integração global. No segundo cenário, os EUA são incapazes de restaurar as bases para o exercício da liderança legítima, ao mesmo tempo em que atuam para impedir que qualquer outro ator global o faça. O resultado é um caos sistêmico "interminável", no qual a desintegração global em termos produtivos e institucionais é uma possibilidade real. No terceiro e último cenário, a China, principal beneficiária da globalização, é capaz de reconstruir a ordem global a partir da defesa da integração global, mas alicerçada em novo projeto específico, contra-hegemônico e antineoliberal de globalização.

Embora não vá me arriscar aqui em nenhum tipo de exercício de futurologia, pois esse não é o papel da sociologia, reafirmo a centralidade da categoria "globalização" para a compreensão e explicação das grandes transformações de nosso tempo. E, como argumentado ao longo de todo este artigo, o potencial analítico da categoria globalização depende de sua depuração conceitual, contextualização e articulação em abordagem processual dos fenômenos sociais na longa duração.

### Agradecimentos:

Este trabalho é inédito e parte integrante da pesquisa "A globalização na berlinda: a crise da economia-mundo europeia e a emergência de dinâmicas globais disruptivas", realizada no âmbito do *International Postdoctoral Program* (IPP) do Cebrap/SP, por Alexandre Abdal, sob a supervisão de Alvaro Comin. Adicionalmente, a pesquisa conta com o apoio do GV Pesquisa da FGV EAESP. Uma versão anterior foi apresentada no XLV Encontro da ANPAD, em 2021, sob o título "É a globalização categoria cientificamente válida e sociologicamente útil?". Agradeço (i) a meus colegas de IPP e à profa. Maria Hermínia por duas incríveis rodadas de discussão no âmbito do IPP-Cebrap; (ii) a Douglas Ferreira pela edição das figuras; e (iii) aos três pareceristas anônimos que muito contribuíram para o amadurecimento do artigo.

## VIII. Bibliografia

- ABDAL, Abdal; FERREIRA, Douglas Meira. (2021), "Deglobalization, Globalization, and the Pandemic Current Impasses of the Capitalist World-Economy". *Journal of World-System Research*, 27, 1: 202-230.
- AMSDEN, Alice. (2009), *A ascensão do Resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Unesp.
- ARBIX, Glauco. (2001), "Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil", in: GUIMARÃES, Nadya; SCOTT, M. (orgs.). *Competitividade e desenvolvimento*. São Paulo: Senac.
- ARRIGHI, Giovanni. (1996), *O longo século XX: dinheiro poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto.
- ARRIGHI, Giovanni. (2008), *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. (2011), "China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho", in LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira et al (orgs.). *A china na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. (2019), "A ascensão chinesa, as transformações da economia-mundo capitalista e os impactos sobre os padrões de comércio na América latina", in SALAZAR, Cecília; SEOANE, Alfredo (orgs.). *La Región Asia-Pacífico: desafíos para el desarrollo, hoy*. Lapaz: CIDES-UMSA.
- BORGHI, Roberto Alexandre. (2015), *Growth trajectories in the globalism era: a macrosectorial analysis of China and Brazil*. Tese de Doutorado. University of Cambridge.
- BOURDIEU, Pierre. (2002), "As condições sociais de circulação internacional de ideias". *Enfoques - Revista eletrônica*, 1, 1: IV-117.
- BOURDIEU, Pierre et al. (1999), *A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.
- BRAUDEL, Fernand. (2009a), *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 2: Os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes.
- BRAUDEL, Fernand. (2009b), *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Vol. 3: O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes.
- BRENNER, Neil. (2004), *New State Spaces: urban governace and the rescaling of statehood*. Oxford: University Press.
- BRENNER, Neil. (2010), "A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia". *Cadernos Metropole*, 12, 24: 535-564.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2009), "Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica". *Revista de Economia Política*, 29, 2: 163-190, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2017), "Estado, Estado-nação e as formas de intermediação política". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 100: 155-185.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2018), "Capitalismo financeiro-rentista". *Estudos Avancados*, 32, 92: 17-29.
- BURBACH, Roger. et al. (1997), *Globalization and its discontents: the rise of postmodernism socialism*. London: Pluto Press.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CASTELLS, Manuel. (2018), *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DRACH, Daniel Chaves. (2016), *Componentes estruturais da desindustrialização: uma análise da economia brasileira para o período 2003-13*. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
- DURANTON, Gilles.; PUGA, Diego. (2002), "From Sectoral to Funcational Urban Specialization". *NBER Working Paper Series*, 52, 1: 1-5.

- DURKHEIM, Émile. (1968), *Regras do método sociológico*. 5a. ed. São Paulo: Editora Nacional.
- DURKHEIM, Émile. (1973), *O suicídio: estudo sociológico*. Lisboa: Presença.
- ELIAS, Norbert. (1993), *O processo civilizador*. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- ELIAS, Norbert. (1994a), *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert. (1994b), "Mudanças na balança nós-eu", In *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ENDELMAN, Marc.; HAUDERUD, Angelique. (2005a), "Introduction to part III", in ENDELMAN, Marc.; HAUDERUD, Angelique (orgs.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalismo*. USA/UK/Australia: Blackwell.
- ENDELMAN, Marc.; HAUDERUD, Angelique. (2005b), "Introduction: the anthropology of development and globalization", in ENDELMAN, Marc.; HAUDERUD, Angelique (orgs.). *The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalismo*. USA/UK/Australia: Blackwell.
- EVANS, Peter. (1982), *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- EVANS, Peter. (1993), "O Estado como problema e solução". *Lua Nova*, 28-29: 107-157.
- EVANS, Peter. (2004), *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- FRASER, Nancy. (2017), "From Progressive Neoliberalism to Trump, and Beyond". *American Affairs Journal*, 4: 46-64.
- FUKUYAMA, Francis. (1992), *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha. (2014), *Capacidades estatais e democracia*. Brasília: Ipea.
- HARVEY, David. (1993), *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- HEALEY, Patsy. (2009), "City Regions and Place Development". *Regional Studies*, 43, 6: 831-843.
- HOBBSBAWN, Eric. (2012), *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- IANNI, Octavio, (1996), *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- JAMES, Paul; STEGER, Manfred. (2014), "A genealogy of 'globalization': the career of a concept". *Globalizations*, 11, 4: 417-434.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. (2018), *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.
- LIPIETZ, Alain. (1987), *Miragens e milagres: problemas da industrialização do terceiro mundo*. São Paulo: Nobel.
- MARKUSEN, Ann. (1995), "Áreas de atração de investimento em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais". *Nova Economia*: 05, 02: 09-44.
- MARTINS, Carlos Eduardo. (1996), "Da globalização da economia à falência da democracia". *Economia e Sociedade*, 5, 1: 1-23.
- MARTINUSSEN, John. (1997), *Society, State & Market: a guide to competing theories of development*. London / New York: Zed Books.
- MARX, Karl. (1971), *O Capital: crítica da economia política. Livro I, volume primeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MCBRIDE; Stephen; WISEMAN, John Richard. *Globalization and its discontents*. Houndmills (England): Macmillan Press, 2000.

- NASCIMENTO, Sidnei Pereira. (2008), Guerra Fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. *Economia Aplicada*, 12, 4.
- NORTH, Douglas. (1990), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OFFE, Claus. (1989), *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense.
- PALLEY, Thomas. (2018), "Three globalizations, not two: rethinking the history and economics of trade and globalization". *European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention*, 15, 2: 174-192.
- PIKETTY, Thomas. (2014), *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- PIORE, Michael; SABEL, Charles. (1984), *The second industrial divide*. New York: Basic Books.
- POLANYI, Karl. (2000), *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2010), "A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25, 74: 21-38.
- RODRIG, Dani. (2011a), *A globalização foi longe demais?* São Paulo: Unesp.
- RODRIG, Dani. (2011b), *The globalization paradox: democracy and the future of the world economy*. New York / London: W. W. Norton & Company.
- SASSEN, Sassen. (1999), *Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and money*. New York: New Press.
- SASSEN, Sassen. (2001), *The global city: New York, London and Tokyo*. Second ed. Princeton: University Press.
- SASSEN, Sassen. (2005), "The Global City: introducing a Concept". *Brown Journal of World Affairs*, 11, 2: 27-43.
- SASSEN, Sassen. (2010), *Sociologia da Globalização*. Porto Alegre: Artmed.
- SCOTT, Allen; STORPER, Michael. (2003), "Regions, globalization and development". *Regional Studies*, 37, 6-7: 579-593.
- SMITH, Adam. (2009), *A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Madras.
- STIGLITZ, Joseph. (2002), *Globalization and its discontents*. New York: Norton.
- STORPER, Michael. (1997), *The Regional World: Territorial Development in a Global Economy*. New York: Guilford Press.
- STORPER, Michael.; VENABLES, Anthony. (2004), "Buzz: Face-To-Face contact and the urban economy". *Journal of Economic Geography*, 4, 4: 351-370.
- TAVARES, Maria da Conceição. (2019), "A retomada da hegemonia norte-americana", in: MELO, Hildete Pereira de (org). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado.
- TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. (2019), "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana", in: MELO, Hildete Pereira de (org). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (1999), "A análise dos sistemas mundiais", in GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (orgs). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Unesp.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2004), *World System Analysis: an introduction*. Durham / London: Duke University Press.
- WEBER, Max. (1967a), "A ciência como vocação", in GERTH, Hans; MILLS, Wright. (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

- WEBER, Max. (1967b), "A política como vocação", in GERTH, Hans; MILLS, Wright. (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- WEBER, Max. (1967c.), "Burocracia", in GERTH, Hans; MILLS, Wright. (orgs.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- WEBER, Max. (1999a), "Conceitos sociológicos fundamentais - poder, dominação", in *Economia e Sociedade, vol. 01*. Brasília: UNB.
- WEBER, Max. (1999b), "Os tipos de dominação", in *Economia e Sociedade, vol. 01*. Brasília: UNB.
- WEISS, Linda. (2005), "The state-augmenting effects of globalisation". *New Political Economy*, 10, 3: 345-353.
- WRIGHT, Erick Olin; DWYER, Rachel. (2003), "The patterns of job expansions in the USA: a comparison of the 1960s and 1990s". *Socio-Economic Review*, 1, 3: 289-325.